

INTERSEÇÕES METODOLÓGICAS: ESCOLA DOS *ANNALES*, “ANÁLISE DE CONTEÚDO” E A HERMENÊUTICA CONTROLADA

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.029-036>

Daniel Florence Giesbrecht

Doutorando em História Contemporânea

Instituição: Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20/UC)

E-mail: daniel.giesbrecht@uc.pt

RESUMO

Registrada pelo menos desde a década de 1960, a aproximação da História com a Linguística e a Antropologia passou a dialogar com mais intensidade em pesquisas de caráter histórico. Com os pressupostos metodológicos introduzidos pela Escola dos *Annales*, as mais diversas linguagens tornaram-se objetos privilegiados para análise, vistas cada vez mais como metáforas da realidade. Os variados discursos (escritos, orais, arquitetônicos, urbanísticos, iconográficos, musicais, gestuais e rituais) passaram a ser decodificados com maior frequência, procurando-se apreender seus elementos de tensão social e seus sentidos históricos, sua produção e sua circulação num dado meio social. A partir dessa variedade de fontes, novas ferramentas analíticas passaram a fornecer instrumentos do fazer historiográfico como, por exemplo, o método da “Análise de Conteúdo” de Laurence Bardin. Partindo da premissa de que a historiografia é o resultado da reflexão sobre a natureza do histórico, são nas entrelinhas dos discursos das fontes que o historiador é capaz de calcular as frequências fornecidas pelos dados cifrados, o que torna possível a extração de categorias e modelos, num processo “hermenêutico controlado”. Este artigo convida a comunidade acadêmica a refletir sobre tais metodologias e a importância delas para a análise dos tipos de discursos utilizados como fontes na historiografia.

Palavras-chave: Metodologia da História. Historiografia. “Análise de Conteúdo”. Escola dos *Annales*. Hermenêutica.

1 INTRODUÇÃO

Desde meados da década de 1960 intensificara-se o rompimento dos limites entre a História e as demais ciências. Tal fato possibilitou o favorecimento da construção de pontes e apropriações epistemológicas que desencadearam proficuas aproximações da História com a Antropologia e a Linguística, assim como a apropriação de múltiplos conceitos, ampliando o universo da ação política e da intervenção racional na sociedade.

A estrutura enrijecida oriunda de modelos científicos cristalizados, como, por exemplo, o de “cultura”, tratada até então em sua vertente erudita facilmente percebida nos textos de Jacob Burckhardt (1990), passou a ser vislumbrada a partir dos grupos subalternos, em suas ramificações populares, o que permitiu o diálogo e o contraponto à cultura das elites, fato assinado pelas obras de Edward Thompson (1981), Peter Burke (1989) e Michel Vovelle (1983), para citarmos algumas.

A complexificação de conceitos como o do “tempo presente” reforçados principalmente com a terceira fase dos *Annales* representou uma nova seleção de objetos de estudo em direção a temas considerados triviais: cumprimentos; etiqueta; alimentação; comunicação oral; gestualização; sexualidade. Em torno desses temas, os pesquisadores procuraram estabelecer nexos e desvendar articulações sociais tão determinantes e decisivas para a vida coletiva quanto às conjunturas econômicas ou às estruturas sociais derivadas das duas fases anteriores, através das propostas dos historiadores intitulados *annalistas*.

Na busca de significados e do funcionamento das sociedades, as mais diversas linguagens tornaram-se objetos privilegiados para a análise, vistas cada vez mais, como metáforas da realidade. Os variados discursos (escritos, orais, arquitetônicos, urbanísticos, iconográficos, musicais, gestuais, rituais) passaram a ser decodificados com maior frequência, procurando-se apreender seus elementos de tensão social e seus sentidos históricos, sua produção e sua circulação num dado meio social. Dito de outra forma, registrou-se a expansão do território tradicional da política e das lutas sociais, dos lugares mais evidentes (Estado, sindicatos, partidos, associações) para áreas às quais até então não se atribuía grande relevância (escola, família, cultura). Ou seja, a identificação de elementos da “micro-história” como mostra Anthony Levi (1992) tem a sua valorização diante da tradicional “macro-história”. A História sociocultural impõe, nesse sentido, uma revalorização da política e sua identificação em todas as tramas do tecido social (GIESBRECHT, 2019, p. 16).

Expressão máxima da Escola dos *Annales*, Marc Bloch (2001) defende a necessidade de se fazer pesquisa histórica com o auxílio das demais ciências, ressignificando a condição de disputa entre elas, tendo, a partir do diálogo, o arquétipo encorajador de respostas às pesquisas. Temos aqui uma proposta de interdisciplinaridade. Entretanto, a união da História com as Ciências Sociais é regulamentada por uma nova concepção de tempo incompatível com a temporalidade única, singular, irrepetível, linear e progressista da denominada “História tradicional”. Partindo de tais pressupostos, é

nosso objetivo neste artigo pensarmos sobre as possíveis relações entre os princípios metodológicos da “Escola dos *Annales*” e as técnicas de “Análise de Conteúdo”, postuladas por Laurence Bardin (2011).

Tratando-se de uma epistemologia da ciência e da indissolubilidade entre a História e a Historiografia, utilizaremos em nossas reflexões ambos os termos, porém, destacamos a História como sendo aquilo que se vincula à produção e experiência cultural humana diante de um tempo e espaço delimitados; e, a Historiografia, como aquilo constituído através da narrativa, circunscrita de rigor metodológico, que reflete o contexto e intertexto do que é histórico, ou seja, o “social” e o “temporal” (RÜSEN, 2015).

2 DOS “ANNALES” À “ANÁLISE DE CONTEÚDO”: CONVERGÊNCIAS METODOLÓGICAS E CAPACIDADE HERMENÊUTICA

(...) a mais importante contribuição do grupo dos Annales, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. (...) Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais. (BURKE, 1991, p. 112-113)

Todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos sistematizados e rigorosos; em contrapartida, nem todos os ramos de estudo que empregam estes métodos são ciências. Dessa afirmação podemos concluir que a utilização de métodos científicos não é de alçada exclusiva da ciência, mas não há ciência sem o emprego sistematizado desses métodos (LAKATOS & MARCONI, 1991). No caso da História, não é diferente.

Como pontuou Gaston Bachelard (1977), a epistemologia da História científica possui certas especificidades, dada a sua construção estar intrinsecamente articulada ao tecido social, espacial e temporal. Os conhecimentos dos métodos que auxiliam a produção historiográfica, independentemente de quais sejam, adquirem papel fundamental na sua forma complexa da teoria, justificando-a ou comprometendo-a. Caso as escolhas do investigador sejam inadequadas, todo um trabalho pode ruir, dado que a falta de preocupação metodológica pode decretar a mediocridade fatal (DEMO, 1995, p. 12).

Na História das Ciências mudanças paradigmáticas nem sempre se enquadram em modelos estanques de análise (KUHN, 2021). Em se tratando da História, seus pressupostos científicos se modificaram relativamente depressa levando-se em conta sua primeira fase de sistematização, ocorrida em meados do século XIX, através dos esforços dos historiadores positivistas e/ou historicistas em busca de um “axioma universal”.

Tal axioma, como propunha Émile Durkheim (1999), poderia salutar uma História que possuísse o mesmo rigor das ciências exatas, calcada em verdades e imutáveis, regida por leis universais, de estrutura intocável, livre de pré-julgamentos e de qualquer interpretação à luz de sua

realidade individual. Ou, como defendia Wilhelm Dilthey (1999), um modelo imagético como fenômeno cultural, social e político que deva ser compreendido por meio de, e, na sua historicidade, na qual coexistam contradições naturais entre aqueles que a estudam, dado que cada sujeito expressa o seu próprio ponto de vista, uma versão historicamente condicionada, porém verdadeira, de uma das várias dimensões do concreto.

É em detrimento a estes modelos que o movimento conhecido como *Annales* se desencadeia. Seus primeiros e notáveis idealizadores foram os franceses Lucien Febvre e Marc Bloch, que apostaram na fundação de uma revista que viria a revolucionar a forma de ver e fazer História: em 1929 nascia a *Annales d'histoire économique et sociale*¹. Bloch e Febvre lideraram na França o movimento da “Nova História”, uma História escrita como uma reação deliberada contra o positivismo e o historicismo “conservador”, dotada de novos recursos metodológicos, tais como a hermenêutica, vista agora como possibilidade de rompimento com o factual na construção historiográfica (GIESBRECHT, 2019).

Dentro das principais propostas deste movimento podemos destacar as seguintes: a) substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma “História-problema”; b) busca pela História de todas as atividades humanas e não apenas a História política; c) ampliação da utilização das fontes históricas para além da escrita; d) colaboração com outras disciplinas, visando contemplar os três primeiros objetivos, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social, dentre outras.

Superando os determinismos do século XIX que hierarquizaram seres humanos, culturas, e, também, as ciências, abriu-se na efervescência cultural francesa do século XX o espaço necessário para o diálogo da História com outras metodologias aparentemente concorrentes, principalmente aquelas derivadas das Ciências Sociais Aplicadas, como o caso da “Análise de Conteúdo”, procedente da psicossociologia, amplamente testada e divulgada pela professora Laurence Bardin, titular da cadeira de Psicologia da Universidade de Paris V.

Desde o final dos anos 1940-1950, técnicas de “Análise de Conteúdo” passam a ser elaboradas, mesmo que ainda restritas aos limites da descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo presente nas documentações levantadas durante os procedimentos de pesquisa em Ciências Sociais (BERELSON & LAZARFELD, 1948; BERELSON, 1952). De acordo com Bardin (2011, p. 26), foi a partir do final da década de 1950, especialmente com as discussões travadas em diversos congressos, que a “Análise de Conteúdo” ganha o fôlego que lhe faltava para adentrar o universo das demais Ciências Humanas, como no caso da Etnologia, da Psiquiatria, da Psicanálise, da Linguística e, também, da História.

¹ A revista possuiu mais três títulos além deste: *Annales d'histoire sociale* (1939-1942-45); *Mélanges d'histoire sociale* (1942-44) e *Annales: économies, sociétés, civilisations* (1946-).

Em se tratando da Escola dos *Annales*, um dos seus alicerces epistemológicos mais significativos é traduzido pelo princípio da hermenêutica, sendo essa a interpretação da significação profunda e cuidadosa daquilo que é considerado histórico a partir das fontes (materiais ou imateriais), matéria-prima do ofício do historiador. Resta-nos, então, refletirmos sobre quais metodologias e/ou técnicas seriam capazes de dar conta da complexidade de materiais muitas vezes tão heterogêneos.

Contemplando o caráter aberto e interdisciplinar dos historiadores *annalistas*, a “Análise de Conteúdo”, se devidamente aplicada, pode ser uma das possibilidades de resposta técnica e procedimental, pois apresenta um conjunto metodológico diversificado e em constante aperfeiçoamento, aplicável aos mais diversos tipos de “discursos” contidos nas fontes primárias de investigação, instrumentalizando o historiador com uma gama de recursos que permitem calcular a frequência de dados cifrados, extrair estruturas e modelos e, por meio de caminhos dedutivos, promover uma “hermenêutica controlada”, ou seja, a “inferência” (BARDIN, 2011, p. 15). “Inferir” é a capacidade de compor uma explicação sistemática e lógica do discurso. Ao se objetivar produzir uma narrativa que anseie inteligir determinado tema através das fontes que se possui, “inferir” é o procedimento que possibilita interpretar com nível de excelência a documentação disponível.

Definido(s) o(s) problema(s) de pesquisa e com base nas fontes documentais recolhidas, é comum ao historiador percorrer os caminhos oferecidos pela abordagem qualitativa, e, quando necessário, quantitativa.

Na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomada em consideração. (BARDIN, 2011, p. 26-27)

Segundo a “Análise de Conteúdo”, ambas as abordagens podem interagir em torno da validação da “inferência”. Tal condição pode alcançar resultados promissores na busca pelas “presenças” e “ausências” das fontes e superar o alcance descritivo. Isso se assumirmos que a “inferência” se realiza “tendo por base indicadores de frequência, ou, cada vez mais assiduamente, com a ajuda de indicadores combinados” (*Idem*, 2011, p. 27).

3 POR UMA METODOLOGIA DAS FONTES EM CONSONÂNCIA COM A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

O que usualmente é denominado “documentos” ou “fontes” históricas não é necessariamente produzido pelos indivíduos com o objetivo de deixar testemunhos para aqueles que viverão no futuro. Cabe aos historiadores a tarefa de compreender determinado documento/fonte e “inferir” sobre ele(a), o que não é tarefa fácil.

A respeito a complexidade do processo de desvelamento do passado através dos vestígios humanos, o movimento dos *Annales* alcançou elevado nível de produção, daí concordarmos com a premissa postulada por Jacques Le Goff (1988, p. 33-34) de que, “mais do que nunca, os ‘Annales’ querem fazer entender. Colocar os problemas da História: proporcionar uma História não automática, mas problemática”.

Segundo José D’Assunção Barros (2010), a Escola dos *Annales*, em suas três gerações², manteve a preocupação inicial de considerar os documentos e fontes históricas não somente a partir das suas singularidades, mas também dos elos possíveis de similitudes e diferenças entre si, hipótese fundamental para a efetivação da prática do que muitos historiadores *annalistas* denominaram de “História Comparada” (temporal e espacial).

Percebe-se, até aqui, que a abertura multifatorial do processo de seleção de fontes sugerida pelos *Annales* deslocou o eixo da “História tradicional” de sua neutralidade, para uma “Nova História”, mais interdisciplinar, menos hierárquica e menos etnocêntrica. Novas possibilidades interpretativas se abriram, como também aumentaram as necessidades de convivência com outras realidades metodológicas, o que tornou a “Análise de Conteúdo” uma ferramenta para alguns *annalistas*.

Uma produção historiográfica que pretende se beneficiar das tecnologias derivadas da “Análise de Conteúdo” inicia-se pela denominada fase da “pré-análise”. É nela que ocorre a organização do quadro investigativo ao que o historiador se propõe a debruçar, sendo definido o tipo de documentação que formará a estrutura básica do projeto a ser executado.

Ressaltamos que na construção da narrativa pautada em alicerces *annalísticos*, os suportes documentais são diversos, podendo estes transitarem, por exemplo, entre documentos oficiais (leis, contratos, registros contábeis, registros de cartórios), particulares (de empresas ou pessoais), letras de música, inscrições em monumentos, dados estatísticos, pinturas, esculturas, construções, filmes, fotografias, publicações científicas, utensílios domésticos, joias, moedas, enfim, qualquer objeto criado pelo ser humano. Se não bastasse essa gama de opções o historiador também tem como recurso documental diversos tipos de fontes orais, como as entrevistas, os relatos, os contos, as lendas, os mitos, as fábulas, entre outras manifestações verbais.

Com o universo demarcado (o gênero de documentos sobre os quais se pode efetuar a análise), é muitas vezes necessário proceder-se à *constituição de um corpus*. O *corpus* é um conjunto

² Sua primeira fase, de 1920 a 1945, caracterizou-se por ser pequena, radical e subversiva, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a História tradicional, a História política e a História dos eventos. Na segunda fase do movimento, os historiadores dos *Annales* deram um “salto” na construção do conhecimento histórico ao se apoderarem de conceitos (particularmente estrutura e conjuntura) e novos métodos (especialmente a “história serial” das mudanças na longa duração), em que as contribuições de Fernand Braudel (1902 – 1985) foram importantíssimas. Uma terceira fase se inicia por volta de 1968, profundamente marcada pela fragmentação, enfatizando a História sociocultural, o retorno à História política e à narrativa. Há uma incorporação de temas para os estudos tais como o sonho, corpo, odor, mulher, morte, sexo, dentre outros. Neste momento, a psicologia é bastante utilizada, assim como a História econômica, da cultura popular e regional (GIESBRECHT, 2019, p. 49).

dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. (BARDIN, 2011, p. 126)

É do contato inicial com o *corpus* documental que temos a primeira oportunidade de sistematização e catalogação do inventário (reconhecimento do tipo de documento e da sua localização; a datação exata ou aproximada; a definição do tema principal; quem são os interlocutores; além da atribuição de um código de identificação).

Após a definição do *corpus*, passa-se à formulação das hipóteses e objetivos. A hipótese consiste na afirmação provisória a que nos propomos verificar recorrendo aos instrumentos analíticos e, os objetivos, à finalidade geral do projeto. Somente após essas definições é possível passar à última etapa da fase da “pré-análise”, que consiste na referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores que possibilitarão o recorte das fontes em unidades comparáveis de categorização e para a análise temática (BARDIN, 2011, p. 130).

Partindo da premissa de que as operações descritas até então tenham sido realizadas com o devido rigor, o historiador está apto a iniciar o procedimento propriamente dito de exploração da sua documentação. Fase mais trabalhosa de uma investigação, resume-se, com base nos critérios pré-estabelecidos, na efetivação de operações de codificação, decomposição e/ou enumeração.

Superado o exaustivo trabalho de organização e exploração é possível avançar para a fase de “categorização”. Essa abordagem é factível, pois a Escola dos *Annales*, principalmente a partir da sua segunda geração, estabeleceu aproximações com conceitos derivados da Antropologia, notavelmente o do estruturalismo. A estrutura social definida por Levi Strauss está relacionada à elaboração teórica capaz de dar sentido aos dados empíricos de uma realidade observada e é capaz de distribuir e ordenar essas informações (REIS, 2008). Com as devidas ressalvas, foi a partir de tal lógica que Fernand Braudel pode propor o redimensionamento do tempo histórico, configurando dois conceitos irmanados: o de “longa duração” e o da “multiplicidade de tempos históricos” (BARROS, 2010, p. 152).

Estrutura social e redimensionamento do tempo histórico são elementos que necessitam categorização e a “Análise de Conteúdo” pode ser fecunda ao oferecer uma técnica para tal. Bardin (2011, p. 138) define que é através da identificação das “presenças” e “ausências” que podemos “inferir” indicadores que remetam à interpretação dos conteúdos analisados através das medidas de frequência.

A escolha de índices de frequência não é algo fortuito e, se bem aplicado pelo historiador *annalista*, “a aparição de um item de sentido ou de expressão será tanto mais significativa – em relação ao que se procura atingir na descrição ou na interpretação da realidade visada – quanto mais esta frequência se repetir” (*Idem*, 2011, p. 139).

Com os índices de frequência identificados o pesquisador será capaz de concatená-los com modelos de categorização; estabelecer uma estrutura interpretativa que pode partir de categorias *a*

priori; perceber com mais exatidão os elementos encontrados com frequência, trechos e interconexões entre um ou mais elementos; categorias *a posteriori*; interlocuções com outros pesquisadores; e, por fim, as deduções lógicas que resultam da sua análise.

A partir do momento em que a Análise de Conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias. A categorização tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental) fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. (BARDIN, 2011, p. 149)

Superada a fase da categorização podemos vislumbrar a consecução da última etapa do processo de análise: o da “inferência como resultado”. Ao alcançarmos essa etapa é necessário evidenciar que o movimento dos *Annales* propõe o êxito da “História-problema”, elemento combativo que busca demolir a História meramente descritiva. É a vez de uma História “interpretativa, problematizada, apoiada em hipóteses, capaz de recortar o acontecimento por meio de novas tábuas de leitura, sendo capaz de problematizar este próprio gesto de recortar um acontecimento” (BARROS, 2010, p. 109). Na “Análise de Conteúdo” tal conjectura denomina-se “polo de análise”.

O processo de busca pela “inferência como resultado” parte da “problematização”. Por um lado, da significação, código e suporte da documentação e, por outro, do emissor e receptor dela. Independentemente de quem tenha sido o emissor (indivíduo ou grupo), temos o ato como função expressiva ou representativa de uma comunicação, daí a hipótese de que a mensagem exprima ou literalmente represente seu emissor. Estimulando um procedimento dialético a lógica inverte-se quanto ao receptor da mensagem que, em reação, age ou adapta-se a ela. Chegamos aqui a mais concreta convergência entre a “Escola dos *Annales*” e a “Análise de Conteúdo”: a “História-problema” torna-se sinônimo de “inferência” e o seu resultado é a “hermenêutica controlada”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um historiador que se recusa a pensar sobre o fato humano, um historiador que professa a submissão pura e simples a esses fatos, como se não fossem de sua fabricação, como se não tivessem sido escolhidos previamente, em todos os sentidos da palavra 'escolhido' (e eles não podem deixar de ser escolhidos por ele) - é uma ajuda técnica. Que pode, aliás ser excelente. Mas não é um historiador. (FEBVRE, 1978, p. 106)

O excerto acima se combina com o objetivo principal desse artigo, o qual procurou refletir sobre as possibilidades de diálogos e métodos convergentes entre a “Escola dos *Annales*” e a “Análise de Conteúdo”. A Escola dos *Annales*, desde seu surgimento, trouxe uma perspectiva renovadora para o campo da História. Lucien Febvre e Marc Bloch, fundadores desse movimento, propuseram uma ruptura com a historiografia tradicional, que se centrava na narração de fatos políticos e eventos cronológicos. Ao invés disso, os *Annales* buscavam uma “História-problema”, focada em fenômenos sociais e culturais, o que exigiu o diálogo com outras ciências, como a Sociologia, a Antropologia e a

Psicologia. A ideia central era que a História não poderia ser compreendida isoladamente, mas deveria ser investigada em uma rede de interações entre diversas esferas do saber.

Nesse contexto, a “Análise de Conteúdo”, uma técnica metodológica amplamente aplicada nas Ciências Sociais, revelou-se uma ferramenta poderosa para auxiliar os historiadores na investigação de fontes históricas. Criada por Laurence Bardin, a “Análise de Conteúdo” oferece uma metodologia rigorosa e sistemática que permite a interpretação de discursos de maneira quantitativa e qualitativa. Ela visa explorar as “presenças” e “ausências” em documentos, possibilitando inferências que ampliam o entendimento das fontes. A principal convergência entre os *Annales* e a “Análise de Conteúdo” reside na hermenêutica, ou seja, na capacidade interpretativa que ambas as abordagens compartilham. Enquanto os *Annales* promovem uma História interpretativa, focada em problematizações e hipóteses, a “Análise de Conteúdo” oferece os meios técnicos para organizar e decodificar os discursos históricos, facilitando a leitura e compreensão dos dados complexos que compõem a narrativa histórica. A “hermenêutica controlada”, promovida pela “Análise de Conteúdo”, dialoga diretamente com os princípios epistemológicos dos *Annales*, especialmente naquilo que tange à interpretação profunda e detalhada das fontes.

Ao longo do artigo, destacou-se como a interdisciplinaridade, promovida pelos *Annales*, revolucionou a prática historiográfica ao incorporar novos objetos de estudo e metodologias. O estudo de temas antes considerados marginais, como gestos, alimentação e sexualidade, revisitou a importância das práticas cotidianas na construção do tecido social. Este foco na “História social” fez com que os historiadores buscassem métodos capazes de lidar com a variedade e a heterogeneidade dos dados, papel que a “Análise de Conteúdo” tem desempenhado eficazmente. A “Análise de Conteúdo”, quando aplicada a documentos históricos, revela-se um meio potente para codificar e categorizar grandes volumes de informações de maneira a torná-las interpretáveis. Esse processo de categorização é essencial para a análise de fontes complexas, como textos escritos, imagens, discursos orais e até mesmo objetos materiais. Ao categorizar e decompor as informações, a “Análise de Conteúdo” permite que o historiador identifique padrões, relações e contradições nas fontes, contribuindo para uma compreensão mais profunda do contexto histórico analisado.

Além disso, o conceito de inferência, central na “Análise de Conteúdo”, permite que o historiador vá além da simples descrição dos fatos e explore as camadas interpretativas dos discursos. Essa inferência possibilita desenvolver hipóteses e a criação de modelos explicativos sobre o comportamento social e cultural, de maneira que os eventos históricos sejam compreendidos em sua totalidade. O conceito de “História-problema” dos *Annales* se encaixa perfeitamente nessa perspectiva, já que ambos rejeitam uma visão puramente factual e buscam explicações interpretativas mais complexas.

Apesar das potencialidades da “Análise de Conteúdo” no campo historiográfico, sua aplicação prática enfrenta alguns desafios. O primeiro deles é a necessidade de um rigor metodológico na coleta e organização das fontes. Diferentemente de outros campos, onde as fontes são produzidas especificamente para a pesquisa (como em experimentos laboratoriais), os documentos históricos nem sempre são produzidos com a intenção de serem fontes de estudo. Isso exige do historiador uma atenção especial na seleção, categorização e interpretação dos dados, demandando tempo e recursos.

Além disso, há o desafio de aplicar as categorias da “Análise de Conteúdo” em fontes que não foram originalmente pensadas como discursos textuais, como imagens, objetos e manifestações culturais imateriais. A transposição de uma técnica originada na análise de textos para esses outros tipos de fonte exige adaptações metodológicas e uma visão interdisciplinar, que por sua vez, também demanda formação em outras áreas do conhecimento. Ainda assim, a Escola dos *Annales*, ao defender uma História mais aberta e interdisciplinar, oferece as bases para que essas adaptações sejam feitas de forma consciente e produtiva.

Outro ponto de desafio reside na subjetividade inerente ao processo de interpretação. Por mais que a “Análise de Conteúdo” ofereça um método sistemático, a inferência e a categorização dos dados envolvem decisões interpretativas que podem variar conforme o pesquisador. Isso não significa que o método seja falho, mas ressalta a necessidade de transparência no processo de pesquisa, com a explicitação das escolhas e dos critérios utilizados. Nos moldes dos *Annales*, essa subjetividade não deve ser vista como uma limitação, mas como parte intrínseca do ofício historiográfico, já que a construção da História sempre envolverá algum nível de interpretação pessoal e contextual.

Tanto a Escola dos *Annales* quanto a “Análise de Conteúdo” compartilham um ponto em comum: o desejo de expandir as fronteiras do conhecimento histórico, rompendo com paradigmas engessados e abrindo espaço para novas abordagens e perspectivas. O uso da “Análise de Conteúdo” no campo da História é apenas uma das muitas maneiras pelas quais os historiadores contemporâneos podem explorar as potencialidades interdisciplinares na construção de narrativas históricas mais complexas e profundas.

Em conclusão, o diálogo entre a Escola dos *Annales* e a “Análise de Conteúdo” é não apenas possível, mas frutífero. A união entre a hermenêutica histórica e os métodos quantitativos e qualitativos oferecidos pela “Análise de Conteúdo” permite uma investigação mais profunda e abrangente das fontes históricas, promovendo uma historiografia mais rica e multifacetada. As novas gerações de historiadores podem, ao seguir esse caminho, contribuir para a construção de uma História mais inclusiva, interdisciplinar e sensível às complexidades do tempo histórico.



REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- BACHELARD, G. *A Epistemologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Coimbra: Edições 70, 2011.
- BARROS, J. D. “A Escola dos Annales: considerações sobre a história do movimento” In *Revista História em Reflexão*, 4, n. 8, pp. 1-29, 2010.
- BERELSON, B.; LAZARSELD, P. F. *The analysis of communications content*. Chicago-New York: University of Chicago and Columbia University, 1948.
- BERELSON, B. *Content analysis in communication research*. The Free Press, 1952.
- BLOCH, M. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BURCKHARDT, J. *A cultura do renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- BURKE, P. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.
- DILTHEY, W. *O surgimento da hermenêutica*. Numen, 1999.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GIESBRECHT, D. F. *A história e seu universo paradigmático: epistemologia no centro do debate*. São Paulo: Editora Lux, 2019.
- KUHN, T. S. (2021). *A estrutura das revoluções científicas*. Lisboa: Guerra e Paz Editores, 2021.
- LE GOFF, J. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- FEBVRE, L. *Sobre uma forma de história que não é a nossa: a história historizante*. Campinas: Ática, 1978.
- LEVI, A. *Guide to french literature: 1789 to the present*. London: Saint James, 1992.
- REIS, J. C. “História da História (1950/60). História e Estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss” In *International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 1 n. 1, pp. 8-18, 2008.
- RÜSEN, J. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2015.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.
- VOVELLE, M. *La mort et l'Occident: de 1300 à nos jours*. Paris: Gallimard, 1983.